

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Curso de Design

AUT2514 - Legislação, normas e ética profissional | Profa. Cyntia Malaguti

Alunos Ana Carolina Guedes

Carlos Henrique Leite

Eduardo Camillo K. Ferreira

Gustavo Angeluzzi

Design e Ética

DESIGN, ÉTICA DE VALORES E DOIS ESTUDOS DE CASO

Proposta

O presente trabalho consiste em um entendimento do conceito de ética, uma breve abordagem da ética de valores aristotélica e da ética utilitarista kantiana, a fim de promover um debate sobre o modo como se entende essa disciplina do ponto de vista filosófico, e suas implicações junto ao design.

Contempla ainda um breve estudo de caso, para uma aplicação pontual dos conceitos acima comentados, e como a ética de valores aristotélica pode apoiar e facilitar o modo de atuação do designer junto a si, aos demais profissionais e à sociedade em geral.

A Ética na filosofia grega

Na história da filosofia, foram diversas as pessoas que abordaram o tema da ética sob diversos pontos, cada um de maneira característica de seu período histórico e influenciado pelas correntes de pensamento daqueles que as formularam.

Encontramos um princípio de discussão ética desde os sofistas, mas quem realmente começa a apresentar algo mais paupável, ou uma conceituação mais madura da disciplina, foi apenas em Sócrates, seguido por seu discípulo Platão, e de Aristóteles, aluno do segundo. A concepção que ambos adotam para a ética se difere diametralmente dos pontos apontados pelos sofistas, e também do que viria posteriormente na filosofia moderna, em especial com Kant. Focaremos, no entanto, na abordagem dada por Aristóteles, para posteriormente contrapô-la à abordagem de Kant, e no que isso influencia o modo de entender a ética hoje em dia.

Aristóteles pautava sua discussão em um ponto bastante específico para delinear sua teoria ética: de que o homem busca incessantemente a felicidade, e que a ética está justamente na busca da felicidade

através do bem. Nas palavras do próprio filósofo, o homem encontra a felicidade ao “agir com vistas ao bem” (“*tou kalou heneka*”). Júlio Lemos, em seu ensaio sobre o tema para a revista cultural *Dicta&Contradicta*, afirma que esse ponto defendido por Aristóteles apoia-se em especial na busca do bem através das virtudes do homem. No entanto, um debate conceitual sobre o tema se mostra quase sempre frustrado, pois, como comenta o autor, “(...) só se pode saber o que é um homem virtuoso *observando* e *convivendo* ativamente com um deles; só assim podemos apreender o que é a virtude e, portanto, o que é o bem. Aquilo que é evidente – *ex videntia*, que está ‘à vista’ – não pode ser transmitido ou definido por palavras: cada qual tem de descobri-lo por si mesmo” (pg. 99). Assim, logo se percebe que, para este filósofo, a ética é muito mais uma conduta de vida do que um conjunto de regras propriamente ditas. Como coloca Maria Cecília Leonel, num outro ensaio sobre o tema para a mesma revista, “é a pergunta socrática – ‘Como viver?’ – que, de fato, inaugura na Grécia do século V a.C. a investigação de questões humanas” (pg. 94). Essa busca do “como viver” conduzirá tanto Platão quanto Aristóteles nas suas buscas pela ética e pelo sentido das ações.

Ao colocar a busca pela felicidade como base para a ética, Aristóteles evidencia o fato de que o homem, em seu “estado bruto”, está sempre inclinado a buscar em suas soluções corriqueiras para os problemas gerais de sua vida a resposta que possa melhor lhe proporcionar a felicidade, embora nem sempre a encontre naquilo que venha a fazer. Atitudes erradas podem, a princípio, promover a satisfação, mas não a felicidade. “Ser feliz, em suma, é viver e agir bem, é realizar-se como ser humano” (pg. 95), como nos coloca Maria Cecília. Júlio Lemos confirma ainda esse ponto ao final de seu artigo ao acrescentar: “a palavra ‘felicidade’ desgastou-se, obviamente, com o tempo, mas sabemos muito bem, embora confusamente, o que ela quer dizer: viver à altura das potencialidades humanas, buscando a excelência em tudo que fazemos, sem esquecer da nossa fragilidade” (pg. 102). É aqui que encontramos um ponto fulcral para o entendimento dessa proposta de ética do ponto de vista aristotélico: as potencialidades humanas são justamente as virtudes. Um homem virtuoso procura sempre agir no equilíbrio, da melhor forma possível, buscando justamente na virtude a justificativa para suas ações (“é justo que se faça isso?”; ou “é prudente determinada ação?”, etc.), e na busca pela virtude, a ação em vista ao bem se faz como por inércia: o correto caminhar na virtude traz necessariamente o bem, e, com o bem, a felicidade.

Nas citações anteriores verificamos muito claramente essa inclinação da virtude: tanto na sentença de Maria Cecília (“é realizar-se como ser humano”), quanto na frase de Júlio Lemos (“viver à altura das potencialidades humanas”). A virtude que Aristóteles nos impele a buscar é o que torna o homem verdadeiramente homem, é aquilo que o caracteriza como tal, e é o que socialmente acaba melhor servindo para a prosperidade. É fácil aqui encontrar pessoas que relativizem (ou ao menos tentem relativizar) os conceitos de virtude, bem, e felicidade. No entanto, na prática, o que se mostra é que, quando na presença de uma pessoa virtuosa, é evidente a “superioridade” da humanidade daquela pessoa, inclusive em suas decisões e na orientação para essas. É difícil discordar e justificar apenas

com base em pontos de vista culturais, que a mulher seja inferior ao homem, e, portanto, deva ser submissa aos seus desejos. Não há como justificar tal proposição se nos basearmos nos pontos propostos por Aristóteles. Se a busca pela felicidade passa pela busca pela virtude, a justiça é uma delas, bem como a humildade (reconhecer-se pelo que se é, diferente da visão comum de que humilde é aquele que é simples e ingênuo), e necessariamente, ao combinar-se ambas, nasce a igualdade entre homens.

Um ponto que se mostra bastante interessante aqui é que, já que estamos a falar de virtudes, estamos também a falar de ordem. Ordenar, segundo o dicionário Michaelis, é:

sf (lat ordine)

1. Boa disposição das coisas, cada uma no lugar que lhe corresponde; disposição das coisas cujo arranjo se subordina a um princípio útil, agradável ou harmonioso.
2. Lugar ou categoria que ocupam entre si as pessoas ou as obras.
3. Natureza, modo de ser, espécie.

O dicionário apresenta outras definições, mas estas já nos servem ao debate. Ordem seria colocar as coisas no seu determinado lugar, segundo seu valor intrínseco. Biologicamente, a ordem natural que uma planta ocupa está diretamente ligada à sua atuação. Há também a ordem desta numa cadeia alimentar. Já quando falamos de bem e felicidade, encontramos também um ordenamento natural de possibilidades de ação, que podem estar mais ao topo (traz mais felicidade), ou mais abaixo (traz menos felicidade, ou até a infelicidade). Um assassinato, por exemplo, embora seja a busca da felicidade por parte daquele que mata (imagina ele que extinguir a vida de alguém lhe será um bem), o que acontece é uma satisfação imediata, e não uma ação que traz realmente um bem, e, portanto, a virtude, e assim, a felicidade.

Julio Lemos nos apresenta, assim, uma ordenação de valores de ação: “o *kalón* [o bem], o útil e o prazeroso. Ela nos leva a uma importante conclusão: agir com vistas ao *kalón* [ao bem] não é agir em função do prazer, e nem agir em função da utilidade, *mas sim agir em função do bem inerente à própria ação moral*” (pg. 101).

A ética utilitarista contraposta à ética de valores e suas consequências práticas

É aqui que fazemos uma ponte para a ética concebida na filosofia moderna. A partir de Descartes, a filosofia muda seu eixo, saindo da busca pela verdade para a busca da certeza (de onde nasce a pretensa verdade apodídica cartesiana “*Penso logo existo*”, e todo o nominalismo decorrente dessa simples sentença). Ao se buscar a certeza, busca-se também modos de comprová-la na realidade, e daí

nasce o positivismo de Comté. O que não puder ser comprovado e verificado de modo científico, podemos dizer, deixa de ser uma certeza, e assim, deixa de ser relevante. Como a virtude e o bem são objetos subjetivos do conhecimento, não é possível sua verificação e, dessa forma, são descartados como parâmetros para uma ética de verdade. Partindo dessa conclusão, encontramos em Kant uma proposta de ética, que veio a ser chamada de *ética utilitarista*, que é justamente o segundo ponto da hierarquia de ações que Julio Lemos apresentou.

A ética passa a ser pautada pela utilidade e conveniência de determinadas ações a um conjunto de indivíduos, independente de suas intenções, passando a ser um constructo de regras e deveres a serem obedecidos pelas pessoas. Para os filósofos gregos, um homem que salva uma pessoa pelo simples motivo de ser um bem salvá-la age de maneira melhor do que aquele que a salva para obter o reconhecimento dos demais. Já na ética utilitarista, salvar não é necessariamente importante, mas matar pode ser errado. O problema é que ambos modos de agir demonstram claramente uma divisão entre si, divisão essa que acarreta diferentes ações a cada momento da vida. Enquanto o que busca o bem sempre o buscará; o que busca o simples cumprimento de obrigações poderá superpor-se a algo bom em prol da utilidade de outra ação. Podemos inclusive dizer que a famosa máxima maquiavélica “os fins justificam os meios” está intrinsecamente ligada a isso. Do utilitarismo ético chega-se à convenção do correto, e disso para o totalitarismo é apenas um passo. A ética da virtude não corre o risco de cair nesse buraco, já que totalitarismo e justiça de modo algum se combinam.

No texto de Ana Luisa Escorel podemos observar essa ética utilitarista em ação: “talvez se possa considerar ética profissional o *conjunto de noções de caráter normativo* que, com níveis distintos de abrangência, se organiza como os círculos concêntricos que se formam à flor d’água, a partir de uma pedrinha ou de um graveto lançados. Num primeiro nível, no círculo mais próximo do centro, estariam as questões pessoais, relativas aos compromissos do profissional consigo mesmo. Num segundo nível, num círculo já mais afastado do ponto de origem, estariam as questões relativas à prática do ofício e às obrigações com os pares. Finalmente, num terceiro nível, e portanto num círculo ainda mais distante, estaria tudo o que diz respeito aos deveres sociais e às obrigações do profissional para com seu semelhante, seu tempo e a sociedade em que vive” (pg. 91).

O caráter normativo das ações propostas pela autora revelam essa convencionalidade do *modus operandis* que devemos nos submeter (a ética dos deveres de Kant), e a consequência desse modo de agir pode ou não estar associada ao bem, e, se estiver, é por mera coincidência, e não por motivo final. A consequência para isso está em que, ao se assumir um conjunto de regras como meio de balizamento para a atuação, e estando o ego como primeiro nível dos “círculos concêntricos”, acontecerá inevitavelmente aquilo que observamos na justiça e nas suas leis: a busca de brechas e interpretações esguias para a satisfação de um desejo próprio. Já a ética volta ao bem não busca brechas, mas apenas

a atenção imediata àquilo que se deve ou não fazer, muitas vezes independente de uma utilidade momentânea prazerosa ou vantajosa.

Mesmo os problemas abordados pela autora já evidenciam que são antes decorrência desse modo de ver a ética do que decorrentes do modelo econômico vigente, ou coisa que o valha. Ana Luisa coloca que: “não é razoável que continue se ocupando primordialmente com a solução de problemas que beneficiam pequenos grupos, quando cerca de metade da população brasileira é analfabeta de fato. Não é razoável que concentre sua atenção em sistemas de sinalização dos *shopping centers* que têm multiplicado, quando os hospitais populares não contam com o mínimo de qualidade, na interface com seus pacientes” (pg. 94). O que a autora chama à atenção é o desequilíbrio entre a satisfação egóica em detrimento da necessidade de determinadas ações, mas não percebe que essa possibilidade nasce justamente da escolha de um modo de viver decorrente de uma ética utilitarista, que caracteriza segundo suas próprias regras o que é permitido e o que não é permitido. Observe bem que não tocamos nessa dualidade em momento algum nas palavras “certo” e “errado”, pois aqui elas são completamente relativizáveis; se não há bem, não há ordenação hierárquica de ações; se não há ordem, não há certo e errado, mas apenas a convenção, e assim possibilita a busca por falhas e brechas nas suas regras.

Estudos de casos relacionados a design

Os estudos de caso que aqui se delinearão tentarão ser vistos sob as duas óticas: sob a ética utilitarista, que é a vigente atualmente, portanto, não pode ser simplesmente descartada; e sob a visão da ética de valores, que, como tentamos demonstrar acima, seria a opção talvez mais acertada quando se fala de ética.

1. estudo de caso nº1: ética do profissional do designer com o próprio campo de atuação

Para estas análises foram utilizados como leitura e serão objetos de comparação e análise os seguintes textos: Código de Ética ADP, *O efeito multiplicado do design*, de Ana Luisa Escorel e *Designer não é personal trainer*, de Adélia Borges. Iremos considerar o nome do indivíduo como Utópio e o nome da empresa como Lucro Certo para resguardar os direitos e privacidade dos citados.

Utópio foi convidado para trabalhar na área de desenvolvimento de produto na indústria Lucro Certo com a promessa de desenvolver luminárias LED. A Lucro Certo discursa que deseja ser líder nesse segmento de atuação e para isso precisa de um profissional com conhecimento em desenvolvimento de produto. Além disso diz querer ser referência de qualidade e inovação no mercado ainda nascente da tecnologia LED. Utópio aceita a proposta sob a perspectiva de receber da empresa e o suporte material e financeiro necessário para desenvolvimento dos produtos. No primeiro dia de trabalho conhece seus colegas,

também recém admitidos da área de engenharia e vendas, que entraram na empresa sob a mesma perspectiva.

Após três meses depois de contratado, é convidado a participar de uma reunião com os diretores da empresa. Durante a reunião o presidente da companhia apresenta um produto importado, de qualidade questionável e diz que essa é a visão de inovação que a empresa tem e por isso quer um produto muito próximo desse, uma cópia praticamente. Diz a Utópio que conta com ele para participar desse projeto e que ele é peça essencial para o desenho (desenho como forma e estética do produto, desvinculadas de qualquer outra questão relativa ao desenvolvimento de destes).

Utópio se sente incomodado com a proposta e questiona sobre a cópia do produto além de questionar sobre a ausência de uma visão mais interdisciplinar das áreas de conhecimento da empresa; comercial, industria, técnica, projeto etc... O presidente responde que não está entendendo exatamente o que está sendo colocado e entrega o produto que em suas palavras deverá ser “desenvolvido”. O produto, tanto para o engenheiro, companheiro de trabalho de Utópio, já demonstra suas fraquezas mesmo quando inoperante. A cópia seria a reprodução de um erro e, além disso, seria a cópia de algo que alguém em algum lugar desenvolveu. Utópio após mais dois meses tentando lutar contra a corrente percebe que ela é mais forte, não deixa ser levado, nada para o lado e abandona o rio. Percebe que na Lucro Certo só teria uma remuneração e nada mais. Conclui que a empresa tem uma visão míope o que a impede de enxergar mais longe e a médio prazo e por isso decide então abandonar seu cargo de “designer”.

A história simplificada da relação de trabalho entre Utópio e Lucro Certo, demonstra que as relações são complexas e o hiposuficiente, no caso o Designer, fica a mercê do hipersuficiente, no caso a industria. E se por questões financeiras Utópio não pudesse abandonar o emprego para o qual foi convidado e tivesse que se sujeitar ao trabalho?

O *Código de Ética* da ADP estabelece diretrizes muito claras quanto à forma que o Designer deve se portar no mercado de trabalho e Utópio sem conhecê-lo, mas por ter uma boa formação humanista acaba por segui-lo (o que demonstra que mesmo ambas sendo opostas, a ética utilitarista muitas vezes se aproxima da ética de valores, já que trabalha também com o bom senso, embora esse não seja suficiente). No entanto, esse caráter utilitarista do código apresenta-se insuficiente para tratar de uma realidade utilitarista (o que pode ser uma aparente contradição. Aparente pois, como colocado acima, a busca por brechas na legislação, bem como a relativização dos conceitos de bom/ mau/ ordem/ certo/ errado acabam permitindo que ações individualistas e descabidas sejam tomadas como usual, e consequência de ocasiões, quando na verdade é decorrência de um modelo inadequado de entendimento do homem). Nesse ponto os dois outros textos ponderam a situação e, por experiência das escritoras, demonstram uma leitura mais realista da contemporaneidade, mas em momento algum são conformistas da situação. Mostram os fatos e demonstram como é difícil lidar com eles, como a visão

míope da maior parte do mercado, que segundo Adélia Borges, “gasta rios de dinheiro com milionárias campanhas publicitárias, mas não criam canais para ouvir realmente as pessoas” (pg. 157).

Há alguns trechos no *Código de Ética* da ADP que dizem que “o designer se refere a um indivíduo que pratica uma profissão intelectual, e não simplesmente oferece um negócio ou presta um serviço para as empresas.”, assim como indica que “o designer deve oferecer-lhes o melhor de sua capacidade técnica e profissional”. Mas aqui aparece uma pergunta: E quando os clientes que consomem nossos projetos não querem comprar qualidade e trabalho intelectual e apenas nossa mão de obra e nos vemos com reduzidas possibilidades de trabalho nessas condições? A resposta é difícil de ser encontrada, mas inferimos do tom do questionamento que, sem uma inversão radical nos parâmetros sociais de atuação ética, seria quase impossível lidar contra tal momento.

2. estudo de caso nº2: ética profissional do designer quanto à repercussão social

Um segundo caso para análise, mudamos o foco de análise, saindo da ética para com a profissão e mirando na ética em relação à sociedade.

Um estudante da USP também chamado Utópio (não é a mesma pessoa do caso anterior, mas para facilitar, reduziremos o número de personagens) consegue uma vaga para estagiar num grande escritório de design gráfico e ambiental, conhecido pela qualidade de seus serviços. No entanto, logo num dos primeiros trabalhos onde Utópio se vê envolvido, já encontra um grave problema ético.

O projeto tratava de auxiliar uma grande loja varejista de roupas, chamada Roupas-a-Prazo, que reconheceu a fragilidade de seu sistema de sinalização e a sua comunicação e atratividade para com seus clientes, e pede à empresa onde estagia Utópio que desenvolva um ambiente mais claro e de comunicação mais eficaz, porém em uma visão mais detalhada, Utópio percebe que uma das diretrizes é aumentar a circulação de clientes na área de crédito, criando um sistema que os induza a passarem perto desta área com maior frequência.

Utópio, no entanto, havia vivenciado já o problema que esse endividamento causa: sua mãe esteve por muitos momentos “atolada em dívidas” por causa de diversos crediários que abria ao mesmo tempo, e, além disso, Utópio conhecia as estatísticas que tratavam do número de inadimplentes, de pessoas que terminam com o nome sujo, etc. Em contrapartida, conhecia o peso que aquela empresa poderia trazer ao seu currículo, que esse era um trabalho pontual, e que não seria uma constante projetos desse tipo.

Utópio sentiu que estaria usando sua força e potencial de trabalho para cada vez mais ajudar a máquina de endividamento de pessoas simples. O caso termina com a saída imediata de Utópio da empresa, e a análise aqui delineada pretenderá ponderar os porquês de o aluno ter agido dessa forma, e ter agido corretamente.

O primeiro ponto diz respeito à ética de valores, mais especificamente com relação à busca pela justiça, e que se sustenta sob dois pontos básicos:

1. Um pedido de sinalização que tenha como uma das conseqüências o endividamento evidencia o foco da loja no lucro desmedido, perdendo o seu papel inicial de oferecimento de serviços e produtos. O mal da atitude demonstra que há uma desordem de valores, sobrepondo a posse individual da empresa ao bem estar de seus clientes, que possivelmente entrariam numa situação delicada financeira. Pode-se confundir, aqui, o momento onde a loja errou: não foi no oferecimento de crédito para suas compras, já que isso é uma possibilidade para facilitar a aquisição de produtos por parte do comprador. O erro foi em criar um espaço que instigasse o cliente a comprar pelo crédito da loja, o que demonstra uma intenção não de auxílio, mas de quase coerção do cliente, já que campanhas servem não apenas para apresentação de algo, mas para convencimento emocional e subjetivo sobre a “necessidade” da pessoa de ter aquilo.
2. O segundo ponto, também sobre justiça, é sobre a posição que Utópio estava ocupando: ele era estudante da USP, ou seja, uma universidade pública sustentada por impostos dos contribuintes, inclusive aqueles que se veriam afetados pela campanha da qual participaria. Dessa forma, seria uma espécie de “traição” a essas pessoas, que estavam investindo seu dinheiro nele, e, de certa forma, esperam um retorno à sociedade da parte dele. Se participasse desse projeto, estaria redirecionando esse retorno a uma única fonte de impostos, que é a loja, e não a todas as pessoas. Se estudasse numa universidade particular, sustentada por ele mesmo, essa justificativa não caberia, apenas a primeira. É apenas um agravante da situação.

Se, no entanto, observarmos esse caso pela ética utilitarista, perceberemos que há a possibilidade de um entendimento diferente do caso, que poderia terminar de outra maneira.

1. O estudante estaria prestando um trabalho à empresa, e que ele apenas seguia ordens. No escalão hierárquico, ele enquanto estagiário não teria o que fazer, e a culpa por uma eventual falta de ética estaria sobre os chefes dele, que aceitaram tal serviço. E as pessoas que eventualmente adquirissem os produtos por crédito e terminassem endividadas, estariam fazendo tal ação partindo do seu próprio livre arbítrio, sem força superior de ninguém. Além disso, não há lei que impessa uma empresa de divulgar um de seus serviços e redesenhar seus espaços. Se não há lei, não está errado. Resumindo, além de ele não estar errado, o problema inexistente, não há ação ruim ou boa nesse projeto do escritório, apenas talvez uma irretidão de intenção por parte da loja.

Conclusão

A partir da explicação dos conceitos e partidos que a ética pode apresentar, o grupo apresentou um detalhamento comparativo entre a ética de valores e a ética utilitarista, propondo talvez uma revisão dos valores usuais que uma pessoa pode tomar para focar seu direcionamento profissional e, no fundo, pessoal. Expôs-se também dois casos para análise, de forma a demonstrar a aplicabilidade e as diferenças de abordagem que ambas éticas possibilitam no entendimento de um problema. Tentamos claramente demonstrar a vantagem de uma abordagem ética pela virtude (Aristotélica) em detrimento da ética dos deveres (ética Kantiana), esta última sendo a que vigora hoje tanto pelo aspecto legislativo quanto pelo ético-pessoal na maioria dos ambientes.

Sendo assim, acredita-se que abrir esse debate seja importante para um direcionamento efetivo do designer, de forma a cultivar verdadeiramente uma postura ética que não se deturpe pelo interesse pessoal, ou pela pressão da cultura geral. Sendo esse debate efetivo, acreditamos que a tomada de posturas, independente se o indivíduo for partidário de uma ou outra, a hora de escolhas éticas serão mais facilmente solucionáveis.

Bibliografia

BORGES, Adélia – Designer não é personal trainer – São Paulo: Ed. Rosari

SCOREL, Ana Luisa – O efeito multiplicador do design – São Paulo: Ed. Senca

Código de Ética da Associação de Designers de Produto (ADP)

LEMONS, Julio – Agir em vista ao bem? – in Dicta&Contradicta nº2 – São Paulo: IFE Instituto de Formação e Educação, 2008

LEONEL GOMES, Maria Cecília – A antiga e a nova ética da virtude – in Dicta&Contradicta nº3 – São Paulo: IFE Instituto de Formação e Educação, 2009